

Governo envia orçamento ao Congresso

BRASÍLIA — O Executivo envia hoje ao Congresso três mensagens com versões simplificadas do Orçamento Geral da União, das Estatais e de Seguridade. A Secretaria da Receita Federal prevê uma receita tributária, incluindo contribuições, de 9,9% do Produto Interno Bruto (PIB), US\$ 34,8 bilhões, cerca de NCZ\$ 97,5 bilhões. Ainda não estão decididas as medidas para cobrir o déficit de 1,2% do PIB, US\$ 4,2 bilhões (NCZ\$ 11,8 bilhões) do Orçamento de Seguridade.

Continua o impasse entre o Governo e o Congresso com relação ao pagamento dos benefícios sociais criados pela Constituição. Os parlamentares rejeitam o adiamento do pagamento integral dos benefícios. Hoje, o Secretário Geral do Ministério do Planejamento, Ricardo Santiago, reúne-se com representantes da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social para tentar

acertar a entrada gradual dos benefícios já em 1990.

De qualquer forma, a área econômica já descartou o aumento da alíquota do Finsocial, atualmente de 1%, pelo seu efeito inflacionário. A contribuição social sobre o lucro líquido das exportações não é suficiente para cobrir o rombo da Previdência e os técnicos examinam outras alternativas, como a cobrança de Imposto de Renda sobre as mais de 1 milhão de microempresas existentes no País, que recolheriam tributos com base no lucro presumido.

O Secretário de Orçamento e Finanças, Pedro Parente, acredita que somente no final de setembro o Congresso receberá versão detalhada do Orçamento Geral da União do próximo ano. Segundo ele, com o corte de em mais de 50%, os investimentos previstos no Orçamento da União são baixos, atingindo a preços de maio apenas NCZ\$ 1,7 bilhão. Os

gastos com pessoal e encargos sociais vão consumir o equivalente a 4,4% do PIB, US\$ 15,5 bilhões (NCZ\$ 42,5 bilhões).

O Orçamento das Estatais está pronto mas poderá ser alterado se os Ministros do Planejamento, João Batista de Abreu, e da Fazenda, Mailson da Nóbrega, aprovarem uma elevação na alíquota do Finsocial. Essa medida, apesar de descartada pelos dois ministros, poderá ser adotada na falta de alternativas para cobrir o déficit da Previdência, informam assessores da área econômica.

Os investimentos das estatais vão estar condicionados a fontes de receita específicas, como privatização e entrada de recursos externos, especialmente do Banco Mundial. A Secretaria de Controle das Estatais estima um crescimento nominal de 18% no nível de investimentos do próximo ano, o que corresponde a US\$ 11,3 bilhões (NCZ\$ 31 bilhões).